

O MAPA DE 1767 DAS MINAS GERAIS
ECOANDO A QUESTÃO DOS LIMITES DA CAPITANIA
THE 1767 MAP OF MINAS GERAIS
ECHOING THE ISSUE OF THE PROVINCE LIMITS

MÁRCIA MARIA DUARTE DOS SANTOS | Coordena as ações educativas do Centro de Referência em Cartografia Histórica, situado no Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais.

ANTÔNIO GILBERTO COSTA | Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde coordena o Centro de Referência em Cartografia Histórica e dirige o Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG.

RESUMO

A mais antiga representação da capitania de Minas Gerais, conhecida na atualidade, data de 1767. Nela mostram-se avanços do povoamento e do conhecimento geográfico do território construído com a impulsão de ricos achados minerais, no *hinterland* da América portuguesa. Essas características desvelam questões sobre sua elaboração e o contexto político da época de sua realização.

Palavras-chave: Minas Gerais (capitania); limites; mapas setecentistas; cartografia histórica.

ABSTRACT

The oldest representation of the Captaincy of Minas Gerais that is known dates back to 1767. The document shows the progress of the population and geographical dimensions of this territory, which developed during this period from the rich findings of minerals. Mainly focusing on the characteristics of the territory represented by the author, this study aims at understanding the following issues: What objective has guided the author? What did the author seek to communicate or reveal to the recipient? What was the political context in which the map was made?

Keywords: Minas Gerais (province); limits; eighteenth-century maps; historical cartography.

RESUMEN

La representación más antigua de la Capitania de Minas Gerais que se conoce data de 1767. El documento muestra el progreso de la población y de lo conocimiento geográfico de este territorio, que se desarrolló después de los ricos hallazgos de minerales. Este estudio apunta a la comprensión de los objetivos que ha guiado el autor en la construcción del documento y de el contexto político en el que se hizo el mapa.

Palabras clave: Minas Gerais (capitania); confíns; mapas del siglo XVIII; cartografía histórica.

INTRODUÇÃO

A mais antiga representação da capitania de Minas Gerais, como uma circunscrição político-administrativa independente, dentre as que se encontram sob a guarda de arquivos, no Brasil e em Portugal, data de quase meio século após a criação dessa unidade política. Refere-se à “Carta geográfica da capitania de Minas Gerais, e partes confinantes”, de 1767, doravante denominada apenas “Carta geográfica”.¹ Esse mapa anônimo que apresentava condições difíceis de legibilidade esteve algum tempo fora do alcance do público, em restauração. A partir de sua recuperação e divulgação por meio de catálogos da instituição guardiã do original, abriram-se novas perspectivas para a ampliação do conhecimento que o mapa pode proporcionar sobre a geografia e a cartografia do território das Minas.² Nesse sentido, pode-se indagar a propósito do mapa e ao mapa, apresentado na figura 1: A quem teria sido endereçado? Que objetivos teriam guiado o autor? O que esse buscava expressar? Qual era o contexto político da época em que foi realizado? Em termos de propriedades cartográficas, o que o distingue?

A “Carta geográfica” era, provavelmente, destinada ao monarca de Portugal, tendo em vista as ilustrações que a adornam, o cuidado expresso na composição dos signos cartográficos e o belo trabalho de desenho e aquarela realizado pelo autor. Nas figuras do cartucho do título, consta o brasão português, ladeado por bandeiras, encimado por uma coroa e inserido em um escudo cujo formato é intrincado, de acordo com os padrões artísticos da época. Quanto à ilustração do cartucho da escala, além de uma árvore que compõe, também, a do título, vê-se um religioso, próximo a um indígena, mostrando a este a imagem dele, indígena, em um espelho. Os três são observados, ainda, por um indígena, diferenciado pelo uso de um pequeno cocar e um botoque, sugerindo a representação de um índio arredio aos contatos com os luso-brasileiros.

Pelas ilustrações, pode-se conjecturar que o autor não procurou alardear para o monarca português as riquezas das Minas Gerais, no *hinterland* da América portuguesa, tampouco destacar as dádivas da natureza. Ao abordar o contato de elementos de duas culturas, dos pagãos autóctones – os indígenas – e do colonizador – um religioso –, não mostrou também imagens românticas em meio a uma natureza pródiga e exótica, entre outras. Não obstante, essas abordagens estavam inscritas “no veio literário inaugurado nos primórdios do descobrimento, de larga e contínua fortuna durante a colonização, e em tempos posteriores” (Aguilar, 2002, p. 13).

Essas perspectivas se encontram presentes também na cartografia, marcando mapas da América portuguesa no século XVI e, posteriormente, os de suas circunscrições territoriais. A propósito de Minas Gerais, são exemplares algumas realizações da cartografia da capitania

1 Original sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

2 Entre os catálogos da instituição, citam-se o disponibilizado em CD-ROM (AHEx, 2007) e o em endereço web <<http://www.ahex.ensino.eb.br/index.php/pt/acervos/acervos-cartograficos>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

do último quartel dos setecentos e das primeiras décadas dos oitocentos. As ilustrações do autor da “Carta geográfica”, diferentemente, então, de outras, podem ter pretendido homenagear o monarca, evocando a incorporação do gentio à civilização, propiciada pela ocupação das terras mineiras com seus dilatados sertões, segundo disposições coevas da metrópole. Contudo, esse tema o alinha, também, ao veio literário citado anteriormente, embora exemplifique as abordagens que visam ser um veículo de informação a mando de ou atendendo uma autoridade, quer colonial ou metropolitana, como apontado por Aguiar (2002).



Figura 1. Carta geográfica da capitania de Minas Gerais, e partes confinantes, de 1767. Sem autor declarado, mostra os avanços extraordinários do povoamento e do conhecimento das dimensões geográficas físicas e humanas do território no período de quase meio século após a sua criação

PECULIARIDADES DE UM MAPA DE DESTINAÇÃO REAL

Na “Carta geográfica”, encontram-se elementos da cartografia instruída de sua época, indicativos de uma formação dispensada a engenheiros militares portugueses, cujas bases foram influenciadas por Fortes (1722; 1729), grande tratadista de engenharia militar e geográfica. Entre esses elementos, cita-se um “petipé” de 18 léguas, graduado de uma em uma légua, medindo aproximadamente 15 cm, apresentado na figura 2. Essas medidas correspondem ao emprego de uma escala de uma polegada para cada três léguas, relação que é recomendada por Fortes (1729) para a representação das províncias portuguesas. Se a escolha do cartógrafo se deve a essa referência ilustre, dada a incumbência de cartografar uma circunscrição política da América portuguesa similar à do Reino, considerando as hierarquias político-administrativas desses territórios, ele deixou de reconhecer suas diferenças de área. Isso explica as grandes dimensões do documento: 128 cm de largura por 174 cm de altura. A escala em questão, segundo o sistema decimal e tomando-se como base para o cálculo um valor coevo, o da chamada légua brasílica (652.200 cm), uma vez que o autor do mapa não explicita a medida escolhida por ele, equivale a cerca de 7,7 km do território representado para cada centímetro linear do mapa.³ Essa escala destaca a representação da capitania como a de menor nível de generalização das informações planimétricas e altimétricas enfocadas, dentre as elaboradas nos setecentos e nos dois primeiros decênios dos oitocentos, que se conhece, segundo estudo de Santos (2010) e de Santos, Cintra e Renger (2013).

Outro elemento importante do mapa é a rede de meridianos e paralelos que lhe confere, latitudinalmente, a extensão de -14° a -24° , graduados de um em um grau, compreendendo, distintamente, o trópico de Capricórnio, e longitudinalmente, a distância de 337° a 345° , com contagem crescente para leste, o que era comum na época. As longitudes também são anotadas de um em um grau, sem o registro da origem das medidas, outra característica do período. Sua determinação indicou o uso do meridiano de Santo Antão, situado na ilha homônima do arquipélago de Cabo Verde, a $25,37^{\circ}$ do meridiano de Greenwich. Segundo os autores que a determinaram, essa origem das longitudes encontra-se entre outras usadas nos mapas dos setecentos e início dos oitocentos da capitania de Minas Gerais, a saber, as relacionadas: à cidade de Praia, na ilha Santiago, que também compõe o arquipélago de Cabo Verde; ao meridiano de Ferro, referência insular do arquipélago das Canárias, situado ainda nas costas ocidentais africanas; e ao meridiano do Rio de Janeiro (Santos, Cintra e Renger, 2013). Nesse período, lembrando que não havia ainda uma convenção aceita universalmente sobre a origem das longitudes, o que ocorre a partir da escolha de Greenwich, no final dos oitocentos, a preferência de um e outro pela cartografia luso-brasileira estava

3 Segundo tabelas de equivalência de medidas antigas, Marques (2001) e autores como Fortes (1729) e S^{ta} Anna, citado por Santos (2007, p. 69) atribuem os valores: da polegada, 2,54 cm; o da légua, 617.283 cm, correspondente a de 18 ao grau; e o da légua “brasílica”, 652.200 cm. Nota-se que a escala numérica apresentada é meramente indicativa da operação de redução efetuada pelo autor, tendo em vista que se considerou apenas as medidas do “petipé” presente no mapa.

ligada, de modo geral, ao estado da arte da cartografia e, em particular, a questões políticas e estratégicas.⁴

No caso do meridiano de Santo Antão, destacando-se as questões citadas anteriormente, nota-se que era adotado pela cartografia portuguesa com vista à definição da posição da linha de Tordesilhas. Essa se refere ao tratado homônimo de 1494, que buscou regradar a repartição das terras descobertas e por descobrir entre Portugal e Espanha, no período em que essas coroas se empenhavam na expansão marítima e comercial e que as terras do Novo Mundo tinham sido recém-descobertas. A situação da ilha que lhe servia de referência, a mais ocidental do arquipélago, tornava-a favorável aos interesses portugueses, pois estendia suas posses territoriais na América. Aliás, a escolha era a mais lógica, considerado o coletivo usado no tratado como ponto de partida para a linha demarcatória de Tordesilhas, uma vez que “qualquer outra ilha escolhida não deixaria as terras descobertas a 370 léguas das ilhas (todas) de Cabo Verde”, como observa Cintra (2012, p. 422).⁵ Trata-se aqui, entretanto, do uso do meridiano na segunda metade dos setecentos, quando as contendas entre as duas coroas, nas terras americanas, deslocaram-se para questões de limites, com vistas à salvaguarda de áreas geopolítica e economicamente prioritárias, desbravadas e, efetivamente, ocupadas por uma e outra.

Nessa época, politicamente, reverberavam sucessos e insucessos do estabelecimento de fronteiras entre Portugal e Espanha, que antecederam ou seguiram os tratados de Tordesilhas, de Madri, e do Pardo, estes últimos respectivamente em 1750 e 1761.⁶ A cartografia da capitania de Minas Gerais e a de suas fronteiras imediatas, especificamente na porção ocidental, áreas de mineração, se não eram fulcrais nas contendas travadas entre as duas nações, eram de grande importância para a Metrópole portuguesa, e sua representação ainda exigia cuidado.

Nesse sentido, pode-se conjecturar que a escolha do meridiano de Santo Antão pelo cartógrafo, além de aspectos práticos, paradigmáticos, sobre os procedimentos coevos de cálculo das longitudes, foi direcionada pela conveniência de se ostentar, em relação às medidas de longitude, uma referência tradicional e reconhecidamente ligada aos interesses portugueses. Ressalta-se que a “interpretação da contagem a partir da ilha mais ocidental foi defendida pelo geógrafo Enciso e pelo irmão de Colombo, na junta de peritos de Badajós, que se reuniu em 1524 para tratar da questão” (Cintra, 2012, p. 423).

A presença da rede de meridianos e paralelos também distingue a “Carta geográfica” em relação a outras representações que são conhecidas dos setecentos, como a primeira a

4 Na determinação das longitudes, no período, empregava-se um método criado por Galileu, em 1612, relativo à observação de ocultações dos satélites de Júpiter. Seu uso se tornou possível com os cálculos de Cassini e a publicação das tábuas de efemérides sobre o fenômeno, a partir de 1668, e com o progresso do trabalho astronômico realizado pelo Observatório de Paris, inaugurado em 1669. Sobre o método e a importância do trabalho de Cassini e do Observatório, remete-se ao trabalho de Lloyd A. Brown (1979, p. 209-224).

5 Em relação ao tratado, ver Tratado de Tordesilhas (1994).

6 Sobre o assunto, consultar o trabalho de Costa (2007b).

enfocar todo o território mineiro já como uma circunscrição política-administrativa autônoma, segundo o paradigma cartográfico astronômico.⁷ Destaca-se que, anteriormente à sua realização, são conhecidas algumas representações parciais das Minas Gerais, realizadas sob o mesmo paradigma. Dentre elas, podem ser mencionadas as atribuídas a Diogo Soares, datadas entre 1734 e 1736, focadas nas áreas drenadas pelos rios Jequitinhonha, Araçuaí, São Francisco, das Velhas, Paraopeba, Ribeirão do Carmo.⁸ O autor é um dos famosos jesuítas dos chamados padres matemáticos que trabalharam encarregados por d. João V, a partir de 1729, no projeto de mapeamento da América portuguesa.

Tendo em vista o exposto, a posição da “Carta geográfica”, dentre o acervo de mapas da capitania, e o paradigma locacional que a caracteriza ampliam seu valor como fonte primária de informação sobre o território de Minas e sua cartografia. As possibilidades de mensurações das propriedades geográficas – posição, distância e extensão – dos dados representados no documento, de forma absoluta, somam-se ao fato de o nível de precisão de suas medidas de latitude e longitude, tomando-se como indicadores a localização de algumas de suas povoações e dados de mapas atuais, classificá-lo como o de melhor resultado dentre os mapas da capitania estudados por Santos, Cintra e Renger (2013).

Dentre as peculiaridades da “Carta geográfica”, observa-se, também, que seu autor não deixa inscrito, em uma legenda, os significados dos signos que emprega. Alguns desses signos, não obstante, podem ser decodificados sem ambiguidades, como é o caso dos que representam as cidades e as vilas, bem como as aldeias de gentios, uma vez que os conceitos citados estão indicados nos topônimos, referindo-se aos dois primeiros e, em notas explicativas, ao terceiro. Outros podem ter seus significados interpretados ao compará-los com os utilizados em mapas da época que apresentam legenda, embora nem sempre tenham a mesma expressão figurativa. É o que se faz, neste artigo, em relação aos signos que estão sendo interpretados como caminhos, fazendas, guardas ou destacamentos e registros, e arraiais, consultando-se os mapas de Rocha (1777a; 1777b; 1778). Signos são também empregados para a representação de aspectos do relevo e da vegetação. Em relação ao primeiro elemento, os signos são usados para localizar e indicar a orientação de serras que são, em sua maioria, identificadas por topônimos. Quanto à vegetação, sua figuração e distribuição não parecem sugerir a distinção de áreas cobertas por vegetação mais densa, arbórea, de outras, como as de campo. Para os elementos da hidrografia, esses são identificados e representados diferentemente de outros elementos lineares, como os limites e os caminhos, tendo o autor registrado os hidrotopônimos.

Além dos signos cartográficos, o autor usa um recurso muito utilizado nos mapas de sua época, a saber, as notas explicativas. Elas são inseridas no espaço de representação e tratam

7 O paradigma está relacionado ao posicionamento absoluto de localidades a partir de métodos que consideram medidas astronômicas para a determinação de latitudes e longitudes, ou, das coordenadas geográficas.

8 Os mapas versam sobre a representação de áreas antigas de povoamento e valorização do território mineiro pela mineração, cujas descrições podem ser encontradas em Costa (2007, p. 188-191) e Faria (2011, p. 212 e 217).



Figura 2. Ilustração destacada da “Carta geográfica”, de 1767. Representação destinada ao monarca de Portugal, considerando, entre outros, as iluminuras dos cartuchos do título e da escala, a composição dos signos e o trabalho de desenho e aquarela realizado pelo autor



Figura 3. Pormenor da “Carta geográfica”, de 1767. Mostra o registro da escala do mapa, a maior empregada nos mapas que se conhece do território de Minas Gerais do período colonial

particularmente do gentio e da localização dos sertões, como em outros mapas da capitania de Minas Gerais, realizados ainda nos setecentos e, posteriormente, nos oitocentos. Com relação a esses mapas, considerados os acidentes geográficos representados, a “Carta geo-

gráfica” não se destaca, pois ela é da mesma espécie ou natureza, podendo ser chamada de mapa geográfico, segundo a tipologia empregada por Fortes (1729).

A COROGRAFIA DAS MINAS GERAIS

A escolha do autor pela extensão latitudinal e longitudinal do espaço de representação na “Carta geográfica” se deu para focar os territórios confinantes com o de Minas Gerais, em consonância com o título do mapa. Dentre os territórios confinantes com a capitania de Minas Gerais, representados na “Carta geográfica”, são destacados os do sul, sudeste e leste, compreendendo, respectivamente, parte da porção nordeste da capitania de São Paulo, incluindo seu litoral, e toda a extensão do território da capitania do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, como pode ser visto na figura 3. Essas grandes áreas fronteiriças não são apenas assinaladas e nomeadas, como em outros mapas coevos. Acidentes importantes da morfologia litorânea – ilhas, cabos, pontas, restingas e baías –, da rede hidrográfica – rios e lagoas –, do relevo – serras –, e dos assentamentos humanos – fazendas, registros, arraiais, vilas e cidades – estão localizados e identificados por seus topônimos.

No território do Rio de Janeiro, encontra-se representada a variante do caminho Novo conhecida por caminho do Proença, caminho do Inhomirim ou por estrada real para Vila Rica, terminada entre 1722 e 1725, de acordo com Costa (2005). No mapa, o percurso parte do fundo da baía da Guanabara – do porto Estrela (Magé), localizado no rio Inhomirim, marcado por fazendas e povoações, entre as quais se distinguem: Tamarati⁹ (Petrópolis), Pegado, Secretário, fazenda do Fagundes (Pedro do Rio), Sebolas (distrito de Inconfidências, Paraíba do Sul), e a guarda ou destacamento militar do Paraíba (Paraíba do Sul), segundo o autor. Esse registro corresponde à entrada para as Minas e à localidade em que a variante descrita acima se unia ao caminho Novo.

A representação não identifica o caminho que, partindo de Paraty, encontrava-se nas vilas do rio Paraíba, Taubaté ou Guaratinguetá, o chamado caminho Velho para as Minas, traçado pelas incursões dos paulistas para a região mineradora, a partir das primeiras descobertas de ouro. Nela, não se verifica a representação do caminho Novo construído no trecho fluminense por Garcia Rodrigues, também chamado do Garcia, do Couto ou do Pilar (Campos Elísios, distrito de Duque de Caxias), estes dois últimos nomes em referência a localidades em que passavam, segundo Costa (2005). Essas ausências reforçam o que a historiografia afirma apoiando-se, sobretudo, em documentos textuais, como pode ser verificado em Romeiro e Botelho (2004), sobre o fato de o caminho do Proença ter se tornado a principal via de acesso do litoral sul do território colonial à região mineradora da capitania das Minas Gerais, pouco tempo após sua construção.

9 As denominações das localidades foram citadas segundo seu registro ortográfico e fonético pelo autor do mapa anônimo. Embora sejam transcrições procurou-se evitar o uso de aspas segundo as normas conhecidas.

Na porção da capitania de São Paulo representada no mapa, irradiando-se da cidade homônima, encontram-se assinalados vários caminhos articulados, demarcados, também, pelo bandeirismo dos paulistas. Dentre esses caminhos, pode ser identificado o caminho Velho de São Paulo para as Minas, que, em direção à serra da Mantiqueira, cortando o rio Tietê, seguia o vale do Paraíba, passando ao largo das povoações paulistas de Jacareí e S. José (São José dos Campos), e ligando as de Pindamonhangaba, Cons^m Aparecida (Aparecida), Guaringuetá e Pied^e (Lorena). A partir dessa localidade, verificam-se duas passagens para as Minas. Uma delas ultrapassa o rio Paraíba, chegando a Embaú (Cruzeiro), onde se transpunha a serra da Mantiqueira, ainda em território paulista, alcançando Pinheirinho e, finalmente, Capivari, em Minas, esta última representada como guarda ou destacamento militar. Outra passagem é a que, a leste de Embaú, chega a Itajubá, arraial mineiro.

Além desse velho caminho e da estrada real de Goiás, outros são mostrados no mapa. Destaca-se o caminho que, tendo São Paulo como referência, segue em direção ao norte, cortando as nascentes do rio Juqueri, afluente do rio Tietê, e os limites da capitania de Minas Gerais, buscando o vale do rio Sapucahy Asû (Sapucaí Grande). Uma bifurcação desse caminho passava por S. João de Atibaya (Atibaia), chegando a Minas, por meio do registro do Jaguarí (Camanducaia), estabelecido nas proximidades da serra do Lopo. Desse registro, único a ter sido especificado com essa função, dentre outros acidentes geográficos da comarca, marcados com o mesmo signo, alcançava-se o sudoeste mineiro, atravessando o rio Mogiguasû, e o sudeste, o ribeirão Mandû, percursos direcionados, respectivamente, para as guardas de Ouro Fino e Mandû (Pouso Alegre).

Esses caminhos que articularam o território das Minas ao de São Paulo e ao do Rio de Janeiro, a par dos achados de ouro na comarca do Rio das Mortes, propiciaram a formação de um grande número de arraiais, além dos já citados. Tomando-se o rio Grande como referência, no sudoeste e centro-sul da comarca, já se destacavam os arraiais de Baependi, Campanha do R. Verde (Campanha), Iruoca (Iuruoca), Jacuí, Lagoa de Iruoca (Lagoa), S. Gonzalo, S^{ta} Ana (Silvianópolis). No centro-leste do território, nas proximidades do rio Grande e do seu afluente, o rio das Mortes, encontravam-se os arraiais Funil (Lavras) e Boturuna (Ibiturana), Lagoa Dourada, e as vilas de S. José (Tiradentes) e de S. João (São João Del Rei), essa cabeça de comarca e *carrefour* de caminhos do território. Porém, a ocupação do território, marcadamente mais densa, corresponde à sua porção leste, pontuando a estrada real e suas imediações, exemplificada pelos registros de Mathias Cardoso; pelos arraiais Carijós (Conselheiro Lafaiete), Igreja Nova (Barbacena), Ressaca, S. Amaro (Queluzita), Susuhy (São Brás do Suaçuí), Simão Pereira; e por outras localidades, como Borda do Campo (Correia de Almeida, distrito de Barbacena), João Gomes (Santos Dumont), Morro do Xapeo (Santana dos Montes), Registro Velho (município de Barbacena), Rosinha da Negra (Torreões, distrito de Juiz de Fora), entre outros.

A propósito dos limites, na porção oriental da capitania, excetuando-se os estabelecidos com a capitania do Rio de Janeiro, nota-se que não foram assinalados, ressaltando-se as condições do original consultado. Porém, os territórios confinantes pertencentes à capitania do Espírito Santo e à da Bahia estão representados, indicando-se, inclusive, o litoral dessas

circunscrições até a barra do rio Jequitinhonha, ao norte da atual Santa Cruz Cabralia, na Bahia. Essa longa faixa oriental que se estende a partir do rio Doce, marcada pelos rios Jequitinhonha, Pardo, Gavião e rio de Contas, esse como limite setentrional, é apresentada como um grande vazio. Nela são representados apenas alguns poucos elementos da hidrografia, sem nomeá-los, além dos já citados anteriormente.

Em referência aos limites setentrionais da capitania de Minas, estão bem indicados o limite com a capitania de Pernambuco, seguindo o rio Carinhanha, a oeste do São Francisco, e o limite com a Bahia, a leste do rio citado, marcado pelos rios Verde Grande e Verde Pequeno. Esse é assinalado também por uma linha que, partindo das nascentes do rio Verde Pequeno, prolonga-se ao sul do rio Gavião, balizada pelos Montes Altos, sem se estender, no entanto, até os limites orientais da representação.

Nas divisas citadas, não se verificam ligações entre a capitania de Pernambuco e a de Minas, ao contrário do que se observa em relação ao território baiano. Nessa área, ao longo da margem direita do rio São Francisco, ressalta-se o trecho baiano da mais antiga das rotas de acesso à região das Minas, proveniente de Salvador e de outras paragens do nordeste. Nota-se que não foi registrado seu prolongamento até a barra do rio das Velhas, onde se localiza o arraial homônimo (Guacuí, distrito de Várzea da Palma). Não obstante, vindo do caminho baiano do São Francisco, mostra-se, no território mineiro, o registro da via que passava ao longo do rio Verde, ou seja, o caminho que fez João Gonçalves do Prado, de acordo com a descrição de Costa (2005). Além disso, em relação a esse caminho, destacam-se, também, seus prolongamentos, a oeste e leste do rio das Velhas, a partir do arraial da Barra do R. das Velhas (Guacui), em direção às comarcas do Rio das Mortes e de Vila Rica.

Ainda sobre o território baiano confinante com o de Minas Gerais, verifica-se a representação do arraial de S.^{to} Ant.^o do Gavião (Gavião) e da vila do Rio de Contas, para onde convergem caminhos baianos que adentravam em Minas. Essas vias, posicionadas na porção oriental da região de divisa em foco, tinham o arraial do Rio Pardo (Rio Pardo de Minas) como referência. A partir desse povoado, o caminho articula as vilas – do Príncipe (Serro) e do Fanado (Minas Novas) – e os principais arraiais da comarca do Serro Frio – Tijuco (Diamantina), Rio Pardo, Rio Preto, Rio Manso, Chapada, Arassuahy (Senador Modestino Gonçalves), Água Suja (Berilo), à Vila Rica (Ouro Preto), sede político-administrativa da capitania de Minas e da comarca de Vila Rica.

Sobre os limites ocidentais da capitania de Minas, observa-se que a linha que os representa está bem nítida. Entretanto, em relação ao território goiano confinante com o mineiro, apenas uma área fronteira ao noroeste mineiro encontra-se representada no mapa, marcada por vários elementos que denotam a ocupação da área, tais como: fazendas – Vereda, Luís Correa, Campo Aberto, Tromba, Bom Sucesso, entre outras; arraiais – S.^{ta} Rita, S. Pedro, S.^{ta} Rosa, Cerros, Boqueirão e mais alguns outros; e caminhos.

Sobre esses caminhos, observa-se que, vindos das direções oeste, noroeste e norte e buscando a nascente do rio Uruçuaia, seguem ao longo de suas margens. Essas vias têm como referência dois arraiais da comarca do Sabará: o de Morrinhos (Mathias Cardoso, distrito de Manga), para onde convergem, e o de S. Romão, que marca a passagem do rio S. Francisco, um pouco ao sul da barra do Uruçuaia. É a partir do prolongamento do caminho citado, na

te da capitania de Minas com a de Goiás, a partir do arraial de Paracatu, bifurca-se para se lançar na capitania fronteiriça, nas paragens de Arrendidos e S. Marcos. Não obstante, essa área fronteiriça já não está representada no mapa, como se registrou anteriormente. Ao sul, na área drenada pelo Paracatu e afluentes, a oeste do rio São Francisco, o autor anota o termo “Certões”, e, novamente, entre as terras compreendidas entre o rio citado, ao norte da barra do Abaeté, e o rio das Velhas, registra o desconhecimento ou o pouco conhecimento da área por meio da mesma palavra. Porém, ao sul do alto curso do São Francisco e ao norte do rio Grande, até a serra da Canastra, o cartógrafo deixa assinalado o avanço do povoamento, marcado por fazendas e arraiais. Destacam-se, nessa área, os povoados Piauhy (Piuí), Tamandoá (Itapecerica), Onça (Onça de Pitangui) e a vila de Pitangui.

O registro dos “certões” citados anteriormente vem mostrar que as fronteiras do desconhecido ou pouco conhecido já tinham sido deslocadas, após os quase cinquenta anos de criação do território. Nessa época, a área drenada pelos rios Sapucaí, Machado e Verde, afluentes do rio Grande, no sudoeste da capitania, tendo também como marco, a sudeste, o morro do Lopo, era chamada de sertão. Todavia, essa área, por ocasião da elaboração do mapa, já se encontra incluída na contextura da geografia construída pelos luso-brasileiros nas terras das Minas.

ECOANDO AS QUESTÕES DE LIMITES – À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude das informações expostas anteriormente, destacadas das representadas no mapa, acredita-se que sua elaboração ecoa a questão dos limites da capitania de Minas e, particularmente, os limites referentes às capitanias de Goiás e de São Paulo.

Nota-se que os limites orientais de Minas, marcados parcialmente na “Carta geográfica”, não eram, na época de sua realização, objeto de preocupação e de discórdias entre os governantes das capitanias confinantes, particularmente do Espírito Santo e Bahia. Isso se deve ao fato de que os vetores espaciais de crescimento demográfico e econômico, nas Minas Gerais setecentista, não contemplaram aqueles confins que permaneceram pouco conhecidos e habitados por indígenas, alguns reputados como ferozes. Nos sertões do sudeste da capitania, os gentios temidos, chamados genericamente botocudos, se opuseram à ocupação que se estendeu, no território da comarca mineira de Vila Rica, até a chamada Conquista do Cuité. A propósito, há uma nota no mapa:

Aldeas do Gentio bravo chamados Imburés, q. fazem obstaculo ao estabelecimen.¹⁰ do novo Arrayal do Cuayté em razão da sua braveza, e por habitarem os matos circunvizinhos, donde Saem impetuosam.^{te} e destemidos: Costumão esses bárbaros geralm.^{te} furar os beijos de baxo, e as orelhas, onde metem, e conti^{nu}am.^{te} trazem hu baroque de páo, e por iso são também chamados botocudos (Anônimo, 1767).¹⁰

10 Apesar da referência ao arraial na citação, o autor não o registra no mapa. Na representação já citada de Rocha,

Entretanto, nem todos os gentios da área representavam uma ameaça. Outra nota, posicionada entre as nascentes dos rios Tambacury (Itambacuri, afluente do Suaçui Grande) e das Larangeiras (ribeirão Laranjeiras, afluente do rio S. Gerado), tributários da margem esquerda do rio Doce, apenas informa: “Aldeas dos gentios denominados capoxes e manaxos q^e. se querem bem”.¹¹ Não obstante, o vazio e a ausência da linha de limites, nessa região fronteira, a partir do rio Doce, em direção ao norte, parecem ter a intenção de enviar à autoridade, a quem se destinava o mapa, uma mensagem, a saber: que a área estava aberta à exploração e à ocupação, e que haveria de ser necessário, embora não fosse premente, definir a fronteira em pauta.¹²

Com relação aos limites do norte da capitania, a leste do rio São Francisco, com a Bahia, marcados no mapa, eles se referem à solução de um litígio importante que perdurou por cerca de trinta anos, tendo sido regrado em 1760. Essa data corresponde à da carta régia que declarava “taxativamente que Minas Novas estava subordinada à comarca de Serro Frio, tanto civil, como militarmente” (Barbosa, 1995, p. 204). Segundo esse autor e Vasconcelos (1999), o termo da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas do Araçuaí (Minas Novas), criado em 1729 e instalado em 1730, logo após os primeiros achados de ouro na região dos rios Fanado e Araçuaí, afluentes do Jequitinhonha, foi colocado administrativa e militarmente sob a jurisdição do governo da Bahia. Entretanto, coube ao termo, como foro judicial, a comarca do Serro Frio da capitania de Minas Gerais, de cuja sede vila do Príncipe distava cerca de quarenta léguas (c. 260 km). Pouco tempo depois, criada a comarca de Jacobina, na Bahia, a vila passou para essa jurisdição, mesmo estando à distância de 150 léguas (c. 978 km); em 1757, contudo, voltou a pertencer à capitania de Minas por decisão do Conselho Ultramarino.¹³

O interesse em resolver uma situação administrativa que dificultava o combate ao descaminho da produção da demarcação diamantina, essa, em parte, encravada no termo de Minas Novas, bem como o de ampliar o território das Minas para “os efeitos da derrama, na falta das cem arrobas exigidas pelo quinto” (Vasconcelos, 1999, p. 48-49), são fatores que concorreram, de forma decisiva, para a tomada daquela decisão. A resolução que não foi respeitada pelo ouvidor baiano, que suscitou a carta régia de 1760, já citada, reconfigurou os limites da capitania. Tomou-se como referência o rio Verde, desde a sua nascente até a sua foz, como determinado regiamente, em 1720, e promulgado pelo conde de Assumar, em 1721, na criação da comarca do Serro Frio, segundo Carvalho (1922).

A propósito dos limites traçados a oeste, destaca-se a questão do Desemboque. A localidade, atualmente um distrito do município mineiro de Sacramento, é posicionada pelo autor

de 1777 e 1778, a localidade encontra-se assinalada com o seguinte topônimo: “Prezido do Cuíte”.

11 No mapa, o rio “Larangeiras”, assinalado pelo autor, parece corresponder ao rio São Geraldo, do qual é afluente, como informado no texto.

12 De fato, esses limites são definidos em 1800, por um auto de 8 de outubro, e encontram-se registrados no mapa da capitania de Minas de autoria do barão de Eschwege (1821), por meio de nota e representação.

13 Essa distância e a anterior citada foram calculadas tomando-se como referência o valor da légua brasileira: 6.522 m.

do mapa na capitania de Goiás e nas proximidades do rio Grande. Apoiando-se em Barbosa (1995), observa-se que a área começou a ser palmilhada por moradores da comarca do Rio das Mortes após a realização da expedição de Bartolomeu Bueno do Prado, acontecida em 1759. Livre de quilombos, além de índios caiapós que assolavam aquelas paragens, por volta de 1760, um arraial foi assentado, sendo administrado por autoridades indicadas pelo bispo de Mariana e pela Câmara de São João Del Rey. Entre 1763 e 1765, o arraial e seu entorno passaram a responder às autoridades eclesiásticas e administrativas da capitania de Goiás, a partir de conchavos e disputas “próprias dos centros de mineração” (Barbosa, 1995, p. 113). A despeito dessas mudanças, a população do arraial e do seu *hinterland* aumentou e prosperou, com a contribuição de levas de goianos, paulistas e mineiros.

Desemboque, cuja prosperidade, inicialmente, esteve ligada aos achados de ouro, que se revelaram de pouca expressão, tornou-se, também, um centro para descaminhos de recursos. Viajantes provenientes de Goiás ou que se dirigiam a essa capitania, vindos de São Paulo, do Rio e de Minas, usando a picada do Desemboque, registrada no mapa, burlavam o registro do rio das Velhas (Indianópolis), um dos postos de controle do velho caminho já citado, de acordo com a Receita Federal (2014). Esse registro da capitania de Goiás, que não se encontra indicado no mapa, estava instalado junto a uma aldeia indígena, a de Santana do Rio das Velhas, às margens do rio homônimo, atualmente chamado Araguari, afluente do rio Paranaíba (Receita Federal, 2014; Barbosa, 1995).¹⁴ Para evitar esse descaminho, há várias fontes que se referem à criação da guarda do Pinheirinho, subordinada à existente nas proximidades do arraial de Jacuí, assinalada, por exemplo, no mapa da capitania de Rocha (1777).¹⁵ Porém, na “Carta geográfica” não se encontra qualquer indicação dessa guarda, mostrando, apenas, a picada pontuada por fazendas. Destaca-se que o arraial teve um papel importante como centro de expansão populacional na região, desde sua formação, nos setecentos, merecendo sobre isso menção em uma nota, no mapa da capitania de Eschwege (1821), já citado: “Sertão inculto de 70 legoas, em q. pouco a pouco se vão estendendo os habitantes dos Julgados do Araxá, e Desemboque e como estes muito distantes ficão da capital de Minas, he necessário fixar os limites da capitania nas vizinhanças da estrada que vai para Goyas”.

Ressalta-se que, na época do episódio do Desemboque, governava a capitania de Minas Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768), que apenas protestou contra o “esbulho” das autoridades goianas, aconselhando “calma e prudência às autoridades de minas” (Barbosa, 1995, p. 31). Essas autoridades iriam reaver a área em questão, em 1816, mas acrescida a oeste, configurando o território que corresponde atualmente à mesorregião mineira Triângulo Mineiro

14 O rio também era conhecido por Quebra Anzóis e das Abelhas (Receita Federal, 2014). No alto curso do rio, atualmente, é usado o nome alternativo rio das Velhas, anotado no mapa das principais bacias hidrográficas mineiras (Estado de Minas Gerais, 2002).

15 A respeito de outras fontes sobre essa informação, consultar o verbete Registro – Rio das Velhas, em Receita Federal (2014), e a monografia de Rocha (1995).

e Alto Paranaíba. Nota-se, por fim, que o governador mencionado teve um papel destacado na história da definição dos limites da capitania de Minas Gerais com a de São Paulo, divisas que se encontram marcadas no mapa de 1767, realizado durante seu governo.

Conflitos de interesse e jurisdição em relação às terras confinantes entre Minas Gerais e São Paulo marcam a história dessa área desde a criação do distrito das Minas, em 1710, após a criação da capitania de São Paulo e Minas de Ouro, em 1709. Entretanto, os enfrentamentos e as disputas entre mineiros e paulistas se acirraram a partir da instituição da capitania de Minas Gerais, como uma circunscrição independente de São Paulo, em 1720. Já em 1721, o primeiro governador da capitania, d. Lourenço de Almeida (1721-1732), em correspondência ao monarca, solicita um ajuste das fronteiras entre os dois territórios, sugerindo e justificando a repartição pretendida, observando que:

o governo e correição de São Paulo fosse o [...] limite naquela parte onde chega a dita correição e considerando-se da tal parte uma linha [que a] caminho do sul, entrasse no governo e correição de São Paulo tudo o que desta linha fosse para o mar, e ficasse a este governo e correição do rio das Mortes desta linha para [o]sertão, porque estas divisões feitas por rumos são as mais ajustadas que se fazem neste Brasil a respeito da grande extensão de terras que se não podem marcar de outra forma tão exatamente (Romeiro; Botelho, 2004, p. 69).

O atendimento dessa solicitação, por meio da ordem régia de 1722, suscitou novos protestos do representante de São Paulo, que alegou ter sido a divisa estabelecida a pouca distância da vila paulista chamada Guaratinguetá, quando se esperava sua extensão até as paragens de Caxambu ou Boa Vista (povoado no município de Pouso Alto, MG).¹⁶ Essas localidades, situadas ao norte daquela vila e a noroeste da serra da Mantiqueira, e nas mediações do caminho velho que ligava São Paulo às Minas, não foram assinaladas pelo cartógrafo anônimo, a despeito dos outros acidentes geográficos citados. Entretanto, a freguesia da qual eles faziam parte, Baependy (Baenpendi), uma das mais antigas da região, está registrada, o que pode balizar a propriedade do protesto. A propósito, o monarca se manifesta, em 1731, determinando que os dois governadores organizassem uma proposta para os limites entre as duas capitanias e lhe enviassem para aprovação, de acordo com Vasconcelos (1911). O governador de Minas, André de Melo e Castro (1732-1735), a despeito dessa ordem, tomou a iniciativa de fazer uma representação ao rei sobre o abandono da serra da Mantiqueira, sob os cuidados da administração paulista, que foi aceita, resolvendo a questão das divisas a favor do território das Minas.

¹⁶ Segundo Barbosa (1995), com esse nome existem povoados em 41 municípios de Minas Gerais, nove desses no sul desse território, a saber, Campanha, Estiva, Extrema, Passa Quatro, Pouso Alto, Lavras, São Gonçalo do Sapucaí, Sapucaí Mirim, Varginha. Porém, dada a localização de uma serra chamada Boa Vista, em Pouso Alto, assinalamos a localidade nesse município.

Acertada as divisas no sudeste das Minas, pautada pela serra citada, restava aberta a fronteira oeste. Fazia parte desse extenso sertão, mais imediatamente contígua à área já conhecida, a drenada pelos rios Verde e Sapucaí, tributários do rio Grande, elementos que se encontram representados na “Carta geográfica”. A afluência dos mineiros para a região motivou uma medida do governador que sucedeu Melo e Castro, Martinho de Mendonça (1736-1737), referente ao envio de tropas à região do rio Sapucaí para garantir sua posse. A medida, apoiada por documento do ouvidor da comarca do Rio das Mortes, permitiu que o território sob a guarda dos mineiros se estendesse mais para oeste, ultrapassando as paragens de Caxambu. Como os descobrimentos auríferos continuassem, proporcionando o alargamento das fronteiras da comarca, aquela medida não coibiu a eclosão de conflitos de jurisdições. O retorno da questão das fronteiras era imperioso e ocorreu com a ordem régia de 9 de maio 1748, que criou as capitanias de Mato Grosso e Goiás, suprimindo a de São Paulo, cuja comarca foi incorporada pela capitania do Rio de Janeiro. Pela mesma ordem, Gomes Freire, governador das capitanias do sul, foi encarregado de fixar os limites de todas essas capitanias entre si. No que concerne aos limites de São Paulo e Minas, segundo Vasconcelos (1911), a ordem possibilitava que a demarcação fosse feita pelo rio Grande, pelo Sapucaí ou por onde Gomes Freire julgasse conveniente.

Para encaminhá-la, o ouvidor de Rio das Mortes, Thomaz Robim de Barros Barreto foi o escolhido. O termo lavrado em Santa Ana do Sapucaí (Silvianópolis), pelo ouvidor, anota o seguinte sobre os limites estabelecidos:

[...] tirada uma linha do alto da serra da Mantiqueira, onde se achava o marco, pelo cume da mesma serra vem esta em direitura ao morro chamado Lobo, que é braço da mesma serra da Mantiqueira o qual morro fica entre S. Paulo, e este distrito do Sapucahy; seguindo a mesma serra e seu rumo, passando o Mogiguassu; rio Pardo, e Sapucahy, até chegar o rio Grande acompanhando a estrada, que vae para Goyaz [...] (Vasconcelos, 1911, p. 112).

Foi essa demarcação, feita em 1749, que acabou prevalecendo para as duas capitanias, a despeito de solicitações e decisões a propósito de a desconstrução e a construção desses limites prosseguirem, motivando o protagonismo de um dos governadores da capitania que ajudou a consolidá-los. Trata-se do feito de Luís Diogo Lobo da Silva, destacado anteriormente, que fez uma excursão de quatrocentas léguas (c. 2.600 km) por todos os confins da demarcação de Gomes Freire de Andrade, logo no início de sua administração, em 1763. Nesse périplo, o governador deixou registros estabelecidos pelas fronteiras e publicou, em Jaguari (Camanducaia) e São João Del Rey, bandos que ameaçavam com penas severas as violações das fronteiras. O bando publicado em São João Del Rey, em 24 de novembro, e outros documentos foram enviados a Lisboa, que, por meio do aviso de 25 de março de 1765, aprovou todos os atos e providências do governador (Vasconcelos, 1911). O feito do governador Luís Diogo encontra-se registrado na “Carta geográfica que compreende toda a comarca do Rio das Mortes, Vila Rica e parte da cidade de Mariana do governo de Minas

Gerais”, datada também de 1763. Nesse mapa, que guarda muita semelhança com a “Carta geográfica”, está a seguinte nota: “A estrada lavada com aguada de carmim denota as marchas que fez o governador Luís Diogo Lobo da Silva, de Vila Rica para a de S. João d’ El Rey, e dela pelos arraiais, registros, e lugares do continente da dita comarca, até se recolher a mesma vila de S. João, e dela à capital deste governo”.¹⁷

Era de se esperar que as pretensões das autoridades da capitania de São Paulo terminassem, bem como os conflitos e as desordens na região, o que não ocorreu. Do governo da capitania de dom Antônio de Noronha (1775-1780), é conhecida uma carta do governador que escreve ao ministro Martinho de Melo e Castro, em 1776, informando sobre o conflito territorial que opõe a capitania de Minas à de São Paulo, cujas divisas encerravam, já naquela época, como se descreveu anteriormente, uma longa história de desentendimentos.¹⁸ Posteriormente, no governo do conde de Barbacena (1788-1797), a solicitação e a autorização da elevação do arraial de Campanha do Rio Verde à vila, pelo Conselho Ultramarino em 1783, tem o propósito, entre outros, de proporcionar às autoridades de Minas uma localização mais próxima dos sertões da comarca para evitar conflitos de jurisdição.¹⁹ A instalação da vila, chamando-se Campanha da Princesa, em 1798, já depois da partida do conde, ainda não é suficiente, pois continuam os apelos das autoridades de São Paulo, datados até do final do período colonial, bem como do período imperial e republicano. Os conflitos de fronteiras são regrados apenas no século XX.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Melânia Silva de. A curiosa descrição de um certo alferes, feliz versejador. In: LISBOA, Joaquim de (org.). *Descrição curiosa das principais produções, rios e animais do Brasil, principalmente da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 13-22.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO (AHEx). *Catálogo do acervo cartográfico*. Rio de Janeiro: AHEx, 2007. (CD-ROM).

_____. Portal institucional. Disponível em: <<http://www.ahex.ensino.eb.br/index.php/pt/acervos/acervos-cartograficos>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

BARBOSA, Waldemar de A. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Geraes*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

BOSCHI, Caio C. (coord.). *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)*. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento; Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v. 2.

BROWN, Lloyd A. *The story of maps*. New Yorker: Dover, 1979.

¹⁷ O mapa pertence ao acervo da Mapoteca do Itamaraty (MI, RJ, BR).

¹⁸ AHU – Com. Ultra.-Brasil/MG-Cx: 109, Doc.: 23 (Boschi, 1999, v. 2, p. 95, ref: 8.540.)

¹⁹ A propósito de outras referências sobre a criação das vilas implantadas e/ou solicitadas na administração do visconde de Barbacena, ver Fonseca (2003).

CARTA geográfica da capitania de Minas Gerais, e partes confinantes. 1767. s.a. – escala: [ca. de 1: 780 000], 18 legoas (légua brasileira = 3.000 braças = 6.522 m) = 15,3. 1767. – 1 mpa:ms., col.; 128,0 x 174,0 cm. Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Rio de Janeiro.

CARTA geográfica que compreende toda a comarca do Rio das Mortes, Vila Rica, e parte da cidade de Mariana do Governo de Minas Gerais. 1763. s.a. Esc. n/d. 1 mpa:ms, col. Ministério do Itamaraty, Rio de Janeiro. Cópia 1827.

CARVALHO, Teófilo Feu de. *Comarcas e termos, criações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1922.

CINTRA, Jorge Pimentel. O mapa das cortes e as fronteiras do Brasil. *Bol. Ciênc. Geod.*, sec. Artigos, Curitiba, v. 18, n. 3, p. 421-445, jul.-set. 2012.

COSTA, Antônio G. (org.). *Os caminhos do ouro e a estrada real*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

_____. *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007a.

_____. Cartografia da demarcação dos limites e da consolidação do território da América portuguesa. In: _____ (org.). *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007b. p. 128-141.

ESCHWEGE, Barão. *Novo mapa da capitania de Minas Gerais levantado por Guilherme Barão D'Eschwege, tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros*. 1821. – Escala [ca.1: 990 000], 1 grau de latitude = [11,20 cm]. 1821. 1 mpa: ms, col.; 141 x 104 cm, 4 partes. Lisboa: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar.

ESTADO de Minas Gerais. Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Instituto de Geociências Aplicadas (IGA). *Mapa de bacias hidrográficas*. 2002. Esc. 1: 1500000.

FARIA, Maria Dulce de. *Catálogo da coleção cartográfica e iconográfica manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarinho*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres aux villes de l'or. Pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII^e siècle)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003.

FORTES, Manoel de Azevedo A. *Tratado do modo mais faccil e exacto de se fazer as cartas geographicas, assim de terra, como de mar, e tirar as plantas das praças*. Lisboa: [s.n.], 1722.

_____. *O engenheiro portuguez*. Lisboa: [s.n.], 1729. Tomo I.

MARQUES, Miguel da Silva. *Cartografia antiga*. Tabela de equivalência de medidas. Cálculo de escalas e conversão de valores de coordenadas geográficas. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

RECEITA FEDERAL. Portal institucional. Memória. Administração Fazendária. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/registros.asp>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

ROCHA, José Joaquim da. *Mappa da capitania de Minas Geraes: que mandou fazer o ILL.^{mo}, e EX.^{mo} Senhor D. Ant. de Noronha, governador e capitão gen.^{al} da mesma capitania*. Escala [ca. 1: 1 600 000], 30 léguas cm (légua brasileira = 3.000 braças = 6.522 m) = 12,5. – 1777a. – 1 mpa: ms, col., 89,2 x 34,5 cm. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

_____. *Mappa da comarca do R^o das Mortes, pertencente a capitania de Minas Geraes: que mandou descrever o Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Antonio de Noronha, governador e capit. am general da mesma capitania, segundo as mais exactas informações*. Escala [ca. 1: 1 200 000] 30

léguas = 16,5 cm (légua brasileira = 3.000 braças = 6.522 m). 1777b. – 1 mpa: ms, col., 50 x 59,5 cm. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

_____. *Mappa da capitania de Minas Geraes com a divisa de suas comarcas*. Escala: [ca. 1: 3 100 000], 40 léguas (légua brasileira = 3.000 braças = 6.522 m)= 8,5 cm. -1778. -1mpa:ms., color.; 73,5 x 44,5 cm. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

_____. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. Memória histórica da capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

ROMEIRO, Adriana A.; BOTELHO, Angela. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Técnicas e elementos da cartografia da América portuguesa e Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p. 51-82.

_____. Espaço e representação nas Minas setecentistas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLI, n. 2, p. 45-59, jul.-dez. 2010.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; CINTRA, Jorge Pimentel; RENGGER, Friedrich Ewald. Origem das longitudes e precisão das coordenadas geográficas dos mapas de Minas Gerais do período 1767-1821. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 5., 2013, Petrópolis. Disponível em: <<http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos-apresentados.html>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

TRATADO DE TORDESILHAS, 1494. Disponível em: <http://purl.pt/162/1/brasil/obras/tratado_tordesilhas/ficha.html>. Versão portuguesa extraída de José Manuel Garcia. A minuta do Tratado de Tordesilhas. *Oceanos*, n. 18, p. 62-76, jun. 1994.

VASCONCELOS, Diogo de. A questão de limites. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XVI, n. 1, p. 107-203, 1911.

_____. Diogo de. *História média das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

Recebido em 7/12/2015
Aprovado em 21/12/2015